política



Repórter Brasília
Edgar Lisboa
edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Crítica à cannabis medicinal



THIAGO CRISTINO/DIVULGAÇÃO/JC

O deputado federal gaúcho Osmar Terra (PL, foto) criticou o avanço do mercado de cannabis medicinal no Brasil, que atingiu pela primeira vez a marca bilionária em 2026. Segundo levantamento da consultoria Kaya Mind divulgado pela revista Veja, o setor movimentou R$ 1,14 bilhão no ano, alta de 17% em relação a 2025. Para o parlamentar gaúcho, que é médico, a liberação do uso medicinal abre caminho para a legalização da droga. "Isto quer dizer que a maconha está sendo legalizada no Brasil, com seu nome científico, com todos os malefícios que causaram sua proibição até hoje. Porém, através de uma decisão judicial, foi permitido seu plantio e venda à revelia da lei federal", afirmou. O deputado também minimizou o peso econômico do segmento - que equivale a cerca de 0,009% do PIB brasileiro de 2025, de R$ 12,7 trilhões segundo o IBGE - diante dos impactos sociais. "A participação no PIB parece pouca, mas o custo da dependência química para a saúde pública é incalculável, além do adoecimento de toda a família", completou.

Ameaça de impeachment

O deputado federal gaúcho Bibo Nunes (PL) subiu o tom na tribuna da Câmara ao atacar ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) em defesa da imunidade parlamentar do colega gaúcho Marcel van Hattem (Novo). Durante o pronunciamento, o parlamentar afirmou que a Corte "não respeita a Constituição Federal", e vinculou o desfecho da eleição para a presidência do Senado, em 2027, à abertura de processos contra magistrados. Dirigindo-se diretamente ao ministro Alexandre de Moraes, Bibo declarou: "Com a vitória de Rogério Marinho, no Senado, o senhor será o primeiro da fila no processo de impeachment". O deputado também estendeu as críticas e a promessa de cassação ao ministro Flávio Dino, afirmando que a próxima legislatura da Casa vizinha irá "ejetar" integrantes do Supremo. Na mesma fala, lembrou ter apresentado uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para ampliar a imunidade parlamentar "por todas e quaisquer palavras e em qualquer lugar".

Mais prazo para a dívida gaúcha

Os três senadores do Rio Grande do Sul - Hamilton Mourão (Republicanos), Luis Carlos Heinze (PP) e Paulo Paim (PT) - uniram-se à senadora Leany Lemos (PSB-DF) para protocolar o Projeto de Lei Complementar (PLP nº 313/2026), que autoriza a União a prorrogar por até 12 meses a suspensão do pagamento da dívida estadual. Pelo texto, o Estado precisará firmar um novo termo aditivo, apresentar a atualização do plano de investimentos ao Ministério da Fazenda em até 60 dias e seguir destinando os recursos economizados ao Fundo do Plano Rio Grande (Funrigs). Na justificativa, os parlamentares ressaltam que o alívio anterior evitou R$ 9,3 bilhões em juros até agosto de 2026 e garantiu R$ 9,8 bilhões para obras de reconstrução, mas alertam que o equilíbrio fiscal ainda exige continuidade diante do déficit previdenciário. A estimativa é de que a prorrogação reduza a receita financeira da União em R$ 1,4 bilhão em 2027 e em R$ 700 milhões em 2028.

Desde 1980 protegendo a inovação para você construir o futuro.
SKO®
OYARZÁBAL
MARCAS & PATENTES S/C
Ética ▪ Dinamismo ▪ Confiabilidade
www.sko.com.br | 51 3342.9323

Centrão escolhe nomes "coringa" para ministérios

Indicados poderão ter mais apoio para votos pró-governo na Câmara

/ GOVERNO FEDERAL

Partidos do centrão alinham internamente os nomes dos eventuais indicados para integrar o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) enquanto aguardam o presidente definir o que que caberá a cada legenda.

A intenção é apresentar os escolhidos como representantes das bancadas da Câmara, com apoio para garantir um maior número de votos no Congresso a favor do petista e assegurar bons espaços na reforma ministerial.

No Republicanos, o nome da bancada é o do ex-ministro de Portos e Aeroportos Silvio Costa Filho (PE). Já o União Brasil quer indicar o líder da bancada, Pedro Lucas (MA), e o deputado Moses Rodrigues (CE). Em abril de 2025, em meio a disputas internas do partido, Pedro Lucas desistiu de assumir o Ministério das Comunicações 12 dias após ter sido anunciado para o cargo pelo governo.

O MDB avalia indicar o líder Isnaldo Bulhões (AL), o ex-ministro das Cidades Jader Filho (PA) ou José Priante (PA). A bancada do PP está entre Claudio Cajado (BA) e Aguinaldo Ribeiro (PB), ministro das Cidades no governo Dilma Rousseff (PT). Já o PSD deu um passo a mais e já apresentou ao governo a vontade de manter André de Paula na Agricultura e indicar Sidney Leite (AM) para a Pesca.

Nos bastidores, lideranças do centrão admitem que a definição dos seus indicados ocorre antes da informação das pastas a serem ocupadas de fato. Os nomes apresentados são considerados "coringa", com perfil para se encaixar em diferentes ministérios.

A expectativa é que primeiro Lula anuncie os ministros da "cozinha do governo", isto é, os nomes responsáveis pela Casa Civil, Fazenda e Secretaria de Relações Institucionais, por exemplo. Somente depois o petista deve definir os espaços do centrão.

Neste momento, as conversas com os presidentes de partidos que desejam embarcar no governo foram realizadas com o presidente nacional do PT, Edinho Silva. Ele se reuniu com legendas aliadas e siglas do centrão, mesmo as que apoiaram Flávio Bolsonaro (PL) contra Lula.

Segundo os presidentes de partido, Edinho afirmou que o governo quer uma relação institucional com as legendas. O petista pediu os programas defendidos por cada sigla e quantos votos elas podem entregar em votações pró-governo.

O relato das conversas já foi feito ao presidente, e agora Lula analisa o apoio que cada partido pode oferecer ao governo antes de definir a partilha da Esplanada. Uma definição pode ser estendida até a meados de dezembro, uma vez que o petista viaja para a cúpula do Mercosul, no Uruguai, na próxima semana.

Os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), devem ser consultados por Lula antes da decisão sobre a reforma ministerial.

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL/DIVULGAÇÃO/JC



Jader Filho é uma das indicações avaliadas pelo MDB

Entidades mobilizam por ministra negra no STF

/ SUPREMA CORTE

Movimentos negros e entidades que pressionam o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) a indicar uma mulher negra ao Supremo Tribunal Federal (STF) apostam na mobilização popular para enfrentar um Senado mais hostil ao governo. As organizações reconhecem o obstáculo, mas dizem que a pressão pode elevar o custo de um veto e dificultar acordos de bastidores.

A nova composição da Casa pode trazer desafios adicionais às indicações presidenciais, diz Fani Santos, coordenadora no Instituto de Defesa da População Negra (IDPN). A necessidade de negociação política, porém, não pode servir de justificativa para perpetuar a exclusão de mulheres negras dos espaços de poder, afirma.

Santos cita a mobilização pelo fim da escala 6x1 como exemplo de pressão popular que conseguiu pautar o Congresso e diz que não se pode partir do pressuposto de que uma ministra negra seria menos viável. "Se o Lula indicar, o povo vai apoiar", afirma, repetindo o lema da campanha.

O Senado também é sensível ao apelo popular, diz Tainah Pereira, internacionalista e coordenadora política do Mulheres Negras Decidem. Uma grande mobilização em torno de juristas negras tornaria difícil sustentar um acordo de bastidores, afirma.

Rejeitar uma jurista negra não significaria impor uma derrota a Lula, defende Tainah, mas "entrar para a história como o Senado que negou ao maior grupo demográfico brasileiro o direito de se ver representado na Suprema Corte". Mulheres pretas e pardas representam 28,1% da população.

A vaga aberta com a aposentadoria de Luís Roberto Barroso segue sem titular desde que os senadores rejeitaram Jorge Messias, em abril, na primeira derrota do tipo desde 1894.